
CAPÍTULO XI

EVOLUÇÃO DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA UEM

Amália Uamusse

Betuel Canhanga

Elias Manjate

Dácia Correia

Adriano Boane

Nilsa Cherinda

1. Introdução

Desde a sua criação, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) registou diferentes dinâmicas no que se refere à sua evolução. A população estudantil da UEM registou um crescimento substancial, podendo ser possível identificar diferentes etapas deste processo de crescimento, quer do ponto de vista de admissões, quer do ponto de vista de graduações. Os serviços sociais na UEM registaram, igualmente, uma evolução significativa, tendo sido possível identificar, igualmente, diferentes fases da evolução destes serviços. O ensino à distância, na UEM, registou uma evolução notória, desde o seu surgimento na UEM. Por seu turno, os recursos humanos da UEM, também registaram uma evolução ao longo dos tempos.

As Instituições de Ensino Superior (IES) são basilares para o desenvolvimento económico das regiões e dos países (FERREIRA, 2019). No seu artigo “Graduação/Pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa”, Cury (2004) defende que a graduação e a pós-graduação são âmbitos específicos do ensino superior, devendo cumprir finalidades próprias e complementares. De acordo com esta visão, a pós-graduação, como componente do ensino superior, eleva o ensino nela ministrado pela contínua actualização de conhecimentos propiciada pela pesquisa, garantida pela utilização de uma metodologia científica em acção e pela circulação de múltiplos pontos de vista. Neste sentido, a pós-graduação tem sido um alicerce indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e à produção de conhecimentos necessários para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países (CURY, 2004).

A formação pós-graduada compreende o 2º e 3º ciclos de formação e confere aos graduados o título académico de mestre ou doutor. Estes ciclos fazem uma diferença

fundamental do primeiro ciclo de formação, pois, o objectivo dos cursos de pós-graduação, é formar profissionais mais especializados em determinadas áreas de actuação, tanto no âmbito académico como profissional.

Desde a sua criação e até 1999, a UEM oferecia somente cursos de graduação (bacharelato e licenciatura). O Plano Estratégico da UEM 1999 - 2004 estabelece como uma das prioridades a introdução de cursos de pós-graduação para a formação de quadros qualificados com o grau de mestre, que podiam cobrir a lacuna de falta de docentes com o nível de pós-graduação.

A UEM, alinhada com os objectivos do seu Plano Estratégico e reconhecendo a pós-graduação como parte essencial no processo de formação e na produção de conhecimento científico, introduziu no ano 2000, o primeiro curso de pós-graduação a nível de mestrado, designadamente, Mestrado em Saúde Pública, oferecido pela Faculdade de Medicina.

Nos anos subsequentes, outras Faculdades introduziram cursos de mestrado, contribuindo para a formação de muitos moçambicanos e o estabelecimento deste grau académico no País. Estes cursos permitiram, igualmente, a elevação do nível académico dos docentes da UEM, passando a instituição a contar com mais docentes com o grau académico de mestre.

Em 2006, com a introdução do curso de Doutoramento em Linguística na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, a UEM iniciou uma nova era, registando-se uma nova dinâmica de oferta de formação pós-graduada, através de cursos de doutoramento.

O Plano Estratégico da UEM (2008-2014) reconhece a existência de um corpo docente cada vez mais qualificado, com um número cada vez maior de mestres e doutorados, formados maioritariamente fora do País e estabelece que se deve alargar a oferta de cursos de pós-graduação na UEM, priorizando as especializações que vão de encontro às necessidades e aos planos de desenvolvimento em Moçambique.

Nos anos seguintes, e à medida que o corpo docente com o grau de doutoramento aumentava na instituição, outras Faculdades foram introduzindo cursos de doutoramento. O crescimento da pós-graduação tornou necessário uma regulamentação mais específica para este segundo e terceiro ciclos de formação na UEM, tendo resultado na aprovação, em 2013, do primeiro Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e o respectivo Quadro Curricular.

Em 2013, a UEM estabelece a sua nova Visão e Missão que preconiza a sua transformação numa Universidade de Investigação (UdI). Alinhado com o desiderato de transformação em Universidade de Investigação, o Plano Estratégico (2018-2028) orienta para a consolidação da pós-graduação, através do aumento do acesso e adequação da oferta de cursos de pós-graduação, o aumento de docentes com o grau de doutoramento e a abertura de mais cursos de doutoramento.

O capítulo está organizado da seguinte forma: a seguir a esta introdução, trata-se da evolução da população estudantil. Depois, trata-se da evolução dos serviços sociais, da evolução do ensino à distância, recursos humanos e, finalmente, da evolução da pós-graduação na UEM.

2. Evolução da população estudantil

Apesar de ter sido criado em 1962, o então Centro de Estudos Gerais Universitários de Moçambique recebeu os primeiros estudantes no ano de 1963. A ascensão e mudança, em 1968, de Centro para Universidade de Lourenço Marques foi acompanhada por um conjunto de transformações que permitiu à consolidação da comunidade estudantil e a criação do associativismo estudantil, movimento que galvanizou a busca por melhores condições da vida universitária e do processo de aprendizagem.

Entre 1968 e 2018, a comunidade estudantil universitária foi se definindo seguindo um processo de crescimento contínuo, que foi directamente influenciado pelos diferentes cenários político-económicos a nível nacional e regional. Há, por via disso, três momentos que marcaram o percurso evolutivo da comunidade estudantil universitária em Moçambique, no geral, e na UEM, de modo particular:

1962 – 1975:	surgem os primeiros estudantes universitários em Moçambique e a primeira Associação de Estudantes Universitários.
1976 – 2004:	a Universidade torna-se mais aberta para a comunidade moçambicana – aumento da comunidade estudantil moçambicana.
2005 – 2018:	consolidação do associativismo e aumento significativo da comunidade estudantil.

Nas secções que se seguem, apresenta-se uma caracterização dos momentos acima indicados, apresentando-se os principais marcos destes diferentes momentos.

2.1. 1962-1975: Surgimento dos primeiros estudantes universitários em Moçambique e da primeira Associação de Estudantes Universitários

Com a criação, em 1962, dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, começa o processo de admissão aos cursos universitários. No ano seguinte, em 1963, entra o primeiro grupo de estudantes e inicia-se, assim, a actividade estudantil universitária. Estima-se que, nessa altura, a Universidade contava com menos de 200 estudantes nos cursos da Faculdade de Engenharia, Faculdade de Agronomia e a Faculdade de Ciências. Mais tarde, foram surgindo outros cursos nas Faculdades de Veterinária e de Medicina. Nesse período, inicialmente, a Universidade funcionou no edifício da actual Reitoria da UEM, na praça 25 de Junho, Baixa da Cidade de Maputo e, de seguida, no actual campus da Faculdade de Engenharia. A comunidade estudantil, na altura, era maioritariamente, composta por jovens provenientes da colónia portuguesa e por uma minoria da classe média moçambicana. Tinham sido criadas condições aceitáveis para o ensino e aprendizagem e, até em alguns casos, sobretudo a contar com o número de estudantes, o rácio estudante e recursos disponíveis era muito bom. A Universidade sempre teve laboratórios funcionais e muita bibliografia que, infelizmente, era expressa em línguas diferentes da portuguesa, com predominância para o inglês, espanhol e francês. Os docentes eram, maioritariamente, jovens provenientes de universidades europeias e contribuíram para a criação da consciência estudantil nos jovens, tendo despertado para o melhoramento constante, sobretudo da qualidade do material didáctico. Foi nesse contexto que, em 1964, surgiu a Associação Académica que coordenou um grupo estudantil, que se dedicou à produção de Sebentas (cadernos, muitas vezes manualmente escritos pelos estudantes, expondo, de forma criteriosa e detalhada, os conteúdos das aulas e expressos na língua portuguesa) que constituíram material fundamental para suprir o défice linguístico criado pela literatura disponível.

O papel da Associação Académica de Moçambique foi, também, crucial para a dinamização da vida sócio-cultural da comunidade estudantil, tendo liderado a organização de vários movimentos desportivos, grupos teatrais, entre outras actividades culturais e, mais tarde, influenciado o pensamento político dos estudantes no contexto da colonização.

A consciência política e o discurso de libertação colonial foi crescendo a partir das associações estudantis nas colónias e, de modo particular, em Moçambique o que fez com que, em 1972, sob instruções do Governo português, fosse encerrada a Associação Académica de Moçambique. O papel desta associação no contexto do desenvolvimento da consciência libertadora fez-se sentir na clandestinidade, tendo acompanhado, com muito entusiasmo, todo o processo de libertação nacional, que levou à proclamação da independência nacional em 1975.

2.2. 1976 - 2004: crescimento significativo da comunidade estudantil

Em 1976, após a proclamação da independência, com a saída dos portugueses, criou-se um défice de estudantes e de professores na Universidade e não só. O País ressentiu-se da saída massiva de técnicos portugueses que estavam afectos aos diferentes sectores. Em 8 de Março de 1977, o Presidente Samora Moisés Machel busca nos jovens estudantes da UEM de então o apelo à responsabilidade de abraçar as diferentes frentes do compromisso de erguer um País, com base na dedicação e empenho dos moçambicanos. Surge, então, a geração 8 de Março e os estudantes foram distribuídos pelo País, levando consigo diferentes missões e responsabilidades. Muitos cursos universitários foram encerrados.

A partir do início da década 80, a Universidade começa a refazer-se do efeito pós-independência e começam a surgir cada vez mais estudantes de diferentes cantos do País. O gráfico da Figura 1 descreve a evolução da população estudantil desde 1975.

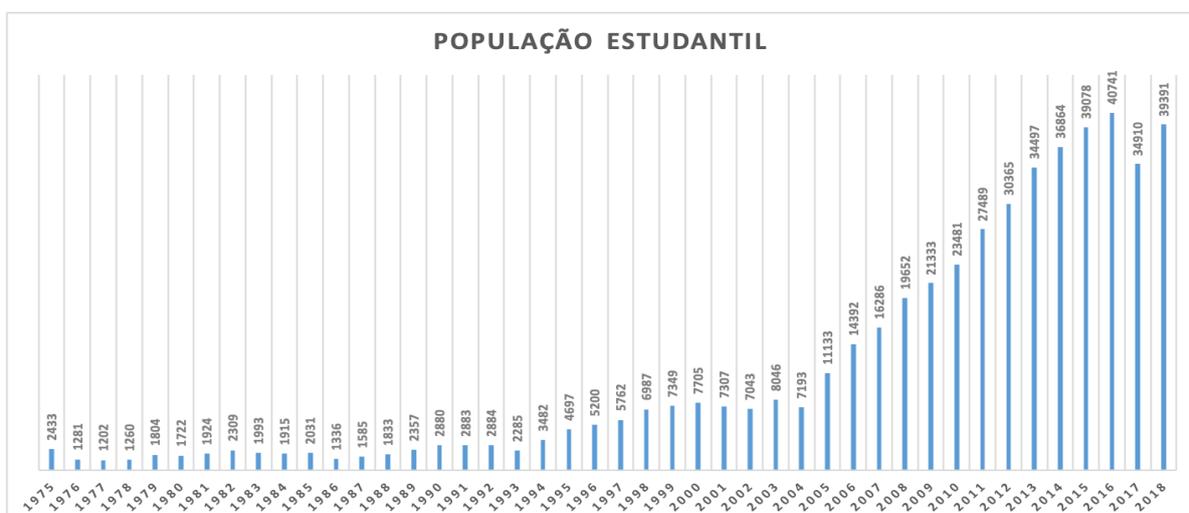


FIGURA 1 - Evolução da população estudantil na UEM
 Fonte: Base de dados da Direcção do Registo Académico

2.3. 2005-2018: Consolidação do associativismo e aumento significativo da comunidade estudantil

A partir de ano 2005, a UEM verifica um crescimento da comunidade estudantil em cerca de 10 mil a cada 5 anos, o que faz com que, desde 2016, a Universidade contasse com mais de 40 mil estudantes. Estes números são acompanhados pela diversificação de ofertas no ensino, dentre as quais a materialização do ensino à distância, a diversificação de turnos de formação e a expansão universitária no ensino presencial para outras províncias do País.

2.4. Admissões e graduações na UEM

Desde 1975, o processo de admissões na UEM foi, de modo geral, evolutivo, com um registo de admissões de menos de 100 estudantes por ano. Em 1986, regista-se uma subida notória do número de vagas oferecidas pela Universidade. O desenvolvimento nacional foi impondo, gradualmente, a necessidade de abertura de novas áreas de formação, tendo impactado na subida, também gradual, do número de estudantes admitidos à UEM. Actualmente, mesmo com a abertura de outras universidades públicas nas diferentes regiões do País, a UEM continua a registar uma demanda crescente, estado a oferecer cerca de 5000 vagas por ano. O gráfico, Figura 2 ilustra a variação, com tendência crescente, do número de admitidos a UEM a cada ano.

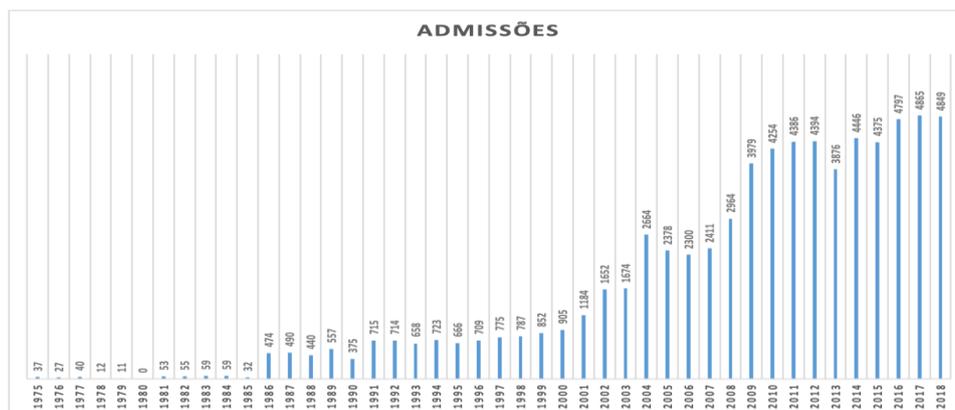


FIGURA 2 – Admissões a UEM entre 1975 e 2018

Fonte: Base de dados da Direcção do Registo Académico

Se, por um lado, o aumento do número de admissões na UEM se torna visível a partir de meados da década 80, com uma aceleração mais acentuada ainda a partir dos anos 2001 e 2002, por outro lado, a curva de oferta de graduados ao mercado de emprego (Figura 3) sofre um ligeiro deferimento se comparada com a curva de admissões. No entanto,

começam a verificar-se alterações somente em 1995 e uma acentuação mais visível a partir de 2006, altura em que, a UEM, pela primeira vez, oferece ao mercado de emprego mais de 1000 graduados.

O ano de 2016 foi o que registou um pico em termos do número de graduados dos diferentes ciclos de formação na UEM. A Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Faculdade de Engenharia e Faculdade de Ciências lideram, em termos numéricos, tanto nos admitidos, população estudantil, bem como nas ofertas da UEM ao mercado de emprego.

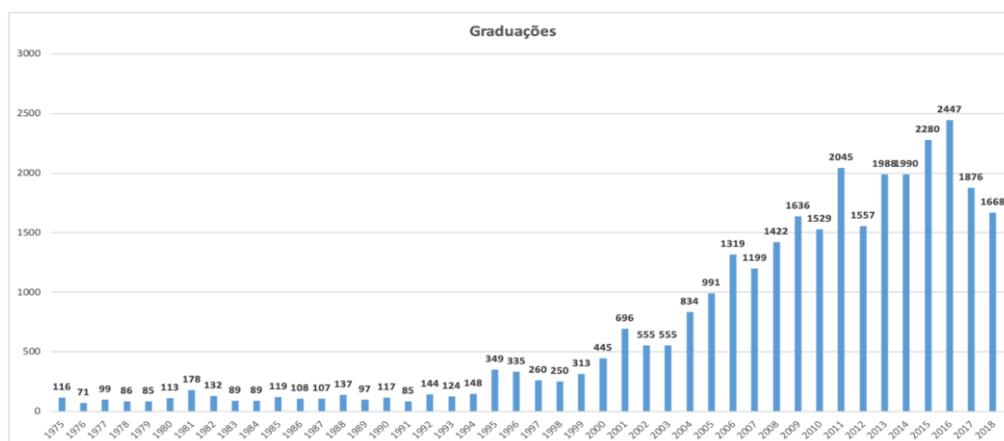


FIGURA 3 - Distribuição de graduados da UEM de 1975 á 2018

Fonte: Base de dados da Direcção de Registo Académico

3. Evolução do serviço social na UEM

Foi através dos Decretos n.º 45240, de 1963 e 46935, que o Estado Colonial definiu os benefícios a conceder na área escolar, integrando bolsas de estudo, estágios, bolsas empréstimos, suportes para viagens, residências e outras formas de auxílio aos estudantes necessitados.

Para garantir os apoios aos estudantes, o Governador-Geral da Província de Moçambique referiu que o Estado contava com a colaboração do sector privado, cuja acção era promover a organização do trabalho remunerado para os estudantes pobres, incluindo a construção de residências universitárias e a concessão de bolsas, subsídios de estudo e isenção de propinas.

Para uma melhor compreensão dos Serviços Sociais na Universidade, a apresentação será subdividida em três sub-períodos, nomeadamente: i) 1968 a 1975; ii) 1976 a 1999; e iii) 2000 a 2018.

3.1. 1968 a 1975: Surgimento dos serviços sociais na UEM

Os Serviços Sociais foram criados em Abril de 1968, com a elevação dos Estudos Gerais Universitários à categoria de Universidade. A sua missão era de satisfazer a demanda pelos serviços sociais, essencialmente na prestação de assistência social aos estudantes na componente residencial, que incluía lavandaria, costura e alimentação. Além disso, a Universidade de Lourenço Marques (ULM) contava com um serviço médico-social, um consultório de clínica geral no edifício do Self - (actualmente Residência Universitária Estudantil (RUE) n.º I), responsável por fazer o atendimento primário e, quando fosse necessário, encaminhar os doentes graves para a clínica universitária, que funcionava na actual Maternidade do Hospital Central de Maputo.

Os Serviços Sociais de Alojamento e Alimentação iniciaram o seu funcionamento no actual edifício do “Self”, com a cozinha e refeitório no piso térreo e refeitório, respectivamente no 6º, 7º e 8º andares, com capacidade para alojar 54 estudantes das residências universitárias. O Restaurante Universitário estava aberto para estudantes bolsiros residentes, não bolsiros, funcionários e convidados dos estudantes ou dos trabalhadores, havendo, no entanto, uma tabela de preços diferenciados para cada categoria. Em 1974, foi introduzido o “self-service” no refeitório.

Os Serviços de Alojamento ficavam sob gestão da própria Universidade, enquanto os Serviços de Alimentação eram oferecidos em parceria com entidades privadas contratadas, ficando os Serviços Sociais com a responsabilidade de manutenção de máquinas, equipamentos, loiça e gás.

Devido ao crescimento da Universidade, a capacidade em infraestruturas para o alojamento aumentou, passando a contar com outras residências como o caso da Residência II, para alojar estudantes do sexo feminino; a Residência III (onde funciona actualmente a Direcção dos Serviços Sociais), para alojar docentes e a Residência IV, que alojava estudantes maioritariamente do curso de Medicina, pela sua proximidade com o centro de estágio, o Hospital Central de Maputo.

Os encarregados de residências viviam nas próprias residências e eram responsáveis não só pela gestão dos lares, mas, também, dispunham de material para prestar primeiros socorros aos estudantes em caso de acidentes e prestavam serviços de segurança durante o dia e, de noite, funcionava uma equipa de guarda de permanência para a guarnição das residências.

A demanda da comunidade universitária por serviços de restauração aumentou em 1970, tendo sido criados refeitórios a nível das Faculdades. Este aumento pela procura por serviços de alimentação criou dificuldades de gestão para as entidades privadas, tendo, em 1972, sido transferida a gerência do restaurante e dos diversos refeitórios localizados nas faculdades para os Serviços Sociais da Universidade.

Os serviços sociais evoluíram em diversidade e extensão de serviços prestados, o que culminou com a decisão institucional de criar a Divisão de Alojamento e Alimentação da ULM em 1974, sob gestão de um Chefe de Direcção nomeado pelo Reitor.

De realçar que, neste período, funcionava, também junto aos serviços sociais, a Associação Académica que cuidava, igualmente dos interesses dos estudantes.

3.2. 1976 a 1999: Alargamento da base de acesso aos serviços sociais na UEM

No início do período pós-independência, os serviços de alimentação e de alojamento comportavam um assistente social e as residências continuavam a ser geridas pelos encarregados. A Divisão de Alojamento e Alimentação tinha uma secção de manutenção de instalações e os serviços de alojamento e alimentação eram chefiados por coordenadores. Tinha uma Procuradoria, sector ligado a área financeira e responsável pelo pagamento de subsídios aos estudantes bolseiros beneficiários.

Com o advento da independência nacional, em 1975, foi alargada a base de acesso ao ensino superior para cidadãos moçambicanos vindos de toda a extensão do território nacional e, com isso, desencadearam-se dificuldades associadas à gestão dos problemas sociais na medida da escalada do acesso à formação superior. Como forma de minorar a sempre crescente procura dos serviços sociais depois da independência, a direcção da Divisão do Alojamento e Alimentação passou a gerir, em 1977, uma parte das instalações do “Centro 8 de Março”, nas instalações do Seminário Maior Pio X, para atender, na fase inicial, a 205 estudantes da Faculdade de Educação da UEM.

Em 1991, a UEM repensou na sua situação reflectida no documento “Presente e Perspectivas” no qual estabeleceu os objectivos da Política Social para os Estudantes, que destacava (i) a promoção do ingresso de estudantes de todas as regiões do País; (ii) a promoção da melhoria das condições de vida dos estudantes universitários; e (iii) a melhoria das condições de apoio social aos estudantes.

Nesse mesmo ano, por Despacho Reitoral, é extinta a Divisão de Alojamento e Alimentação e criada a Direcção dos Serviços Sociais (DSS), subordinada ao Vice-Reitor

para a área de Administração e Recursos. Depois da criação da DSS, os refeitórios das faculdades passaram para a gestão directa de cada unidade, cabendo à DSS a responsabilidade pela gerência da cozinha e refeitório do "Self".

A UEM, sendo uma instituição de âmbito nacional pioneira do ensino superior em Moçambique, sempre deparou com uma procura de serviços sociais cada vez maior, pelos estudantes provenientes de pontos localizados fora da cidade de Maputo e não só. Esta situação fez com que entrasse em funcionamento a Residência nº V e fossem construídas, de raiz, as Residências Universitárias nº VI (masculina) e nº VII (feminina), no Campus Principal da UEM, no âmbito do "Projecto COLMEIA I", com capacidade de 200 vagas cada uma e inauguradas em 1994.

Em 1999, entra em funcionamento a Residência nº VIII, contribuindo para a expansão e afirmação da prestação de serviços sociais dentro da UEM. Ainda no mesmo ano e no âmbito do melhoramento da dieta alimentar dos estudantes e redução dos custos de aquisição dos géneros alimentícios, foi criado e implementado um projecto agropecuário denominado "Bom Apetite", no distrito de Boane, na província de Maputo, com envolvimento de estudantes alojados nas residências universitárias (RUEs). No entanto, com a graduação dos estudantes mentores do projecto e o défice de funcionários, este projecto acabou não conseguindo a sua afirmação nos anos subsequentes.

3.3. 2000 a 2018: Consolidação dos serviços sociais na UEM

Um dos objectivos estratégicos da UEM é ampliar os espaços de trabalho, estudo, lazer e de residências estudantis. Foi neste âmbito que surgiram novas Escolas como a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), em 2002, com serviços sociais com capacidade de alojamento para 200 estudantes, dos quais 140 do sexo feminino e 60 do sexo masculino. A ESHTI, à semelhança do Campus Principal da UEM, possui cozinha própria, confeccionando refeições para os estudantes.

A Escola Superior de Ciências Marinhas e Costeiras (ESCMC), localizada da Cidade de Quelimane e criada em 2005, tinha, aquando da sua criação, serviços sociais com capacidade para 45 estudantes e serviços de alimentação terceirizados.

Os serviços sociais da Escola Superior de Desenvolvimento Rural (ESUDER) de Vilankulo, criada em 2007, estão localizados nas instalações de uma escola secundária local e servindo, em termos de alojamento e alimentação, a um total de 112 estudantes,

sendo 56 do sexo masculino e 56 do sexo feminino. Actualmente, a escola tem instalações próprias, aguardando-se a migração dos serviços sociais para a nova localização.

A Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto (ESNEC) foi criada em 2008 e os serviços sociais alojavam 68 estudantes (23 do sexo feminino e 45 do sexo masculino) e com serviços de alimentação também terceirizados até 2018, quando passaram para responsabilidade da Escola.

Em termos de crescimento da estrutura física, com a entrega, em 2008, de obras no âmbito do Projecto “Colmeia II” no Campus Principal, entrou em funcionamento a RUE n.º IX, com capacidade de 100 vagas masculinas, a maior cozinha e refeitório estudantil da UEM (capacidade de 600 lugares), o restaurante universitário anexo ao refeitório e o Posto de Saúde da UEM.

Presentemente, em Maputo, as residências e refeitórios para estudantes apresentam-se de acordo com as Tabelas 1 e 2.

TABELA 1 - Residências Universitárias Estudantis na Cidade de Maputo

Residência	Capacidade actual	Localização
R1	139	Av. Amílcar Cabral n.º 1254
R2	18	Av. Mao Tse Tung n.º 1038
R4	69	Av. Amílcar Cabral n.º 928
R5	145	Av. Mao Tse Tung n.º 889
R6	168	Campus Universitário
R7	168	Campus Universitário
R8	145	Av. Karl Marx n.º 939
R9	66	Campus Universitário

TABELA 2 - Refeitórios Universitários na Cidade de Maputo

Refeitório	Localização
Refeitório I (Self) – com cozinha encerrada	Av. Amílcar Cabral n.º 1254
Refeitório II Colmeia - com cozinha funcional	Campus Universitário
Refeitório III	Av. Karl Marx n.º 939
Refeitório das Engenharias	Faculdade de Engenharia
Refeitório da Veterinária	Faculdade de Veterinária

A assistência em cuidados de saúde à população estudantil, em tempos estabelecida no “Self”, foi transferida para o Posto Médico aberto no Campus Principal da UEM, que encerrou em 2016, aquando da entrada em funcionamento do Centro de Saúde da Universidade Eduardo Mondlane (CSUEM). O CSUEM assegura serviços de saúde a estudantes, funcionários e agentes do Estado afectos à UEM e à população circunvizinha, o que representa a assunção de uma perspectiva de amplificação do acesso e de melhoria da qualidade dos serviços de saúde.

No domínio da assistência em saúde, importa fazer referência ao projecto GASD (Grupo de Activistas Anti-SIDA e DTS), criado a 5 de Março de 1992, pelo Despacho Reitoral n.º 064/RT/92 e implementado pela DSS, no período entre 1992 e 2016, numa iniciativa de prevenção ao SIDA e outras infecções de transmissão sexual, e cujo grupo-alvo eram os estudantes. Em 2017, pela demanda de actividades de prevenção em saúde em outras áreas de intervenção, o GASD evoluiu para Centro de Estudos, Prevenção, Controle e Cuidados em Saúde (CEPCOC).

No que concerne às bolsas de estudo, importa referir que, o Orçamento do Estado (OE) continua a ser o maior contribuinte, como mostra a Tabela 3, e as bolsas de estudo reduzidas, que não incluem o alojamento, continuam a ser as que ocupam a maior percentagem, devido à exiguidade de camas na RUE's para responder à demanda.

TABELA 3 - Bolsas de graduação atribuídas pela UEM no período 2009-2018

Tipo de Bolsa	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bolsa Completa OE	767	725	602	635	599	556	461	473	429	389
Bolsa Completa - Outras fontes	14	10	1	-	-	-	-	-	-	-
Bolsa reduzida - OE	865	792	775	836	806	976	920	970	952	932
Bolsa reduzida - outras fontes	60	49	73	15	14	-	-	-	-	-
Bolsa e alojamento	1	2	5	4	3	3	2	-	-	-

Tipo de Bolsa	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bolsa, alojamento + isenção	4	5	7	5	2	1	-	-	-	-
Isenção de propina	326	399	517	652	723	515	490	421	451	474
Redução de propina 50%	81	48	14	8	48	40	32	94	65	43
Total Anual	2118	2030	1994	2155	2195	2091	1905	1958	1897	1838

Um dos desafios estratégicos plasmado no Plano Estratégico da Universidade Eduardo Mondlane 2018-2028 é assegurar um ambiente de vida académica e social para o desenvolvimento integral dos estudantes. Para colmatação das várias preocupações sociais da comunidade académica, a UEM adoptou a “Política Social da Universidade Eduardo Mondlane”, de Março de 2019, aprovada através da Deliberação n.º 03/CUN/2019, do Conselho Universitário. A Política Social decorre de um tipo de impacto do sistema organizacional da UEM, que demanda implicações de protecção social ao pessoal e visa a promoção da coordenação da atribuição do bem-estar à comunidade universitária, o que inclui a concessão de melhores condições de estudo e de trabalho, mediante a concessão de benefícios e apoios específicos e dirigidos.

4. Evolução do ensino à distância na UEM

A introdução da educação à distância em Moçambique data de 1977, quando o III Congresso do Partido Frelimo orientou o Governo a criar um Instituto Nacional de Ensino por Correspondência e determinou que, até 1979, fossem estudadas “as condições para o estabelecimento de um Centro Nacional de Ensino por Correspondência, que utilizasse também a radiodifusão”.

A UEM foi, durante muitos anos, a única instituição de ensino superior em Moçambique e, por esta razão, caracterizada pela crescente demanda pelos seus cursos. Para dar resposta à procura, a instituição encomendou, em 1998, à *Open University* do Reino Unido, um estudo de viabilidade sobre a oferta de cursos à distância, cujos resultados mostraram a existência de condições para a implementação desta modalidade de ensino.

No ano 2000, foi nomeada a Comissão Instaladora do Ensino à Distância na UEM, que desenvolveu um trabalho, tendo culminado com a criação do Centro de Ensino à Distância (CEND), através da Deliberação n.º 13/CUN/2002 do Conselho Universitário, transformando a UEM numa instituição “dual mode”, isto é, provedor de ensino presencial e ensino à distância. Quando a UEM se tornou em “dual mode”, definiu que, através de cursos a distância, poderia expandir o acesso à educação superior em Moçambique, minimizar as assimetrias regionais e dar oportunidade a todos os moçambicanos que, por várias razões, não podem sair das suas zonas de origem para frequentarem um curso de nível superior. Outros objectivos incluíam o aumento da internacionalização dos programas da UEM. Aquando da sua criação, definiram-se como termos de referência para o CEND, os seguintes: coordenar as actividades de ensino à distância desenvolvidas nas unidades orgânicas; incentivar, estimular, promover e fazer a supervisão de iniciativas de ensino a distância na UEM; formar docentes e pessoal técnico em princípios e metodologias de ensino à distância; gerir pedagogicamente a infra-estrutura tecnológica de suporte ao ensino a distância e avaliar o sistema.

O Ensino à Distância (EaD) na UEM conheceu três fases principais que vão, a primeira, do período de 2002 até 2008; a segunda de 2008 à 2014; e, a terceira de 2014, até ao momento actual.

4.1. 2002-2008: criação do CEND, recrutamento e formação de recursos humanos

Em 2002, logo após a criação do CEND, a UEM lançou um concurso de contratação de 12 docentes especificamente para trabalharem nesta modalidade de ensino. Deste número, foram efectivamente contratados oito docentes. Até então, a UEM não tinha, no seu quadro de pessoal, especialistas em ensino à distância e tão pouco os docentes admitidos para trabalhar no centro conheciam a área. Por esta razão, a UEM apostou na capacitação de recursos humanos admitidos para o CEND. Assim, cinco docentes fizeram a pós-graduação profissionalizante em Educação à Distância provida pela *Commonwealth of Learning* (COL) e pelo Instituto Sul-Africano de Educação à Distância (SAIDE); três docentes fizeram o Mestrado em Ensino Aberto e à Distância na Universidade Nacional de Educação à Distância da Espanha (UNED); cinco docentes fizeram o doutoramento em Multimédia em Educação pela Universidade de Aveiro (UA), um docente fez o Mestrado em Desenvolvimento Curricular, dois docentes concluíram o Mestrado em Administração

e Gestão da Educação, pela UEM e um docente foi certificado em *Distance Education Practitioners* pela *University of South Africa (UNISA)*. Acrescem-se os vários cursos de curta duração que decorreram no âmbito do projecto de capacitação em Ensino Aberto e à Distância da SADC, em colaboração com a Universidade Aberta da Tanzânia em que docentes do CEND foram capacitados em matéria de desenvolvimento curricular para EaD, tutoria e avaliação para o EaD, desenvolvimento de materiais de estudo para EaD e pesquisa no EaD.

4.2. 2008-2014: consolidação do EAD na UEM

A segunda fase, logo a pós o lançamento do curso-piloto, foi caracterizada, principalmente, pela falta de clareza do papel dos intervenientes. Este facto foi constatado pela comissão de avaliação do EaD, cujo relatório referia que “...não existe uma divisão clara das tarefas entre diferentes intervenientes e, também, não existiam procedimentos claros de relacionamentos entre os intervenientes do ensino à distância. Esta lacuna resultava na deficiente articulação entre os diferentes intervenientes na UEM e entre a UEM com outros parceiros externos” (UEM, 2013).

Um dos resultados deste seminário foi a definição do papel dos intervenientes e a decisão de adoptar o modelo de partilha para a gestão do EaD na UEM. O modelo de partilha, para além de ser sustentável a médio prazo, permitia uma colaboração na oferta de cursos, a partilha de recursos humanos e técnicos especializados, bem como a coordenação de estratégias do EaD através do CEND. Com vista a implementação das recomendações, foi elaborado um plano de melhoria que foi implementado e avaliado através do Relatório de Reflexão sobre o EaD na UEM. Este relatório mostrou que, apesar de terem sido realizadas várias actividades que dinamizaram o EaD, havia prevalência de aspectos que impediam a expansão rápida, a destacar a falta de centros de tutoria e de recursos humanos suficientes, o CEND sem infraestrutura física adequada, com materiais de estudo que necessitavam de actualização, entre outros. Para a expansão, o relatório recomendava à consolidação e equipamento dos Centros de Tutoria e do CEND; a incrementação de recursos humanos competentes; a aquisição de infraestrutura física do CEND; revisão e reelaboração de materiais de estudo; finalização da elaboração dos documentos para reger o EaD e a mudança do modelo de gestão, pois o de partilha mostrava-se ineficiente. Assim, foi aprovado o modelo em que o CEND passava a ser gestor por um período de transição e de preparação para criação de uma escola ou

faculdade de estudos a distância.

A aprovação do relatório de reflexão sobre o EaD na UEM foi acompanhado da aprovação da política e estratégia de EaD na UEM, Visão, Missão e Valores do EaD na nesta instituição.

No âmbito da aprovação destes documentos, a UEM assumiu a missão de oferecer cursos à distância de qualidade e relevância, através de tecnologias modernas, destacando a investigação como alicerce dos processos de ensino-aprendizagem e extensão, e como visão ser referência na provisão do EaD e *e-learning* de qualidade e inclusivo, baseado em tecnologias modernas, a nível nacional, regional e internacional.

A política de EaD da UEM fundamenta-se no facto desta modalidade de ensino constituir uma oportunidade para a formação de cidadãos que não podem frequentar o ensino tradicional, não apenas pela exiguidade de vagas, mas, também, por uma diversidade de razões e circunstâncias pessoais, profissionais. Destas incluem-seos da perspectiva do género ou os relacionados com a condição das pessoas com necessidades educativas especiais e procura dar resposta ao Plano Estratégico 2018 – 2028, que preconiza o “Uso do Ensino à Distância para Aumentar o Acesso” em que, num dos Objectivos Estratégicos, aspira o aumento da relevância e da diversidade de modalidades de oferta de cursos de graduação e de pós-graduação para responder às necessidades de desenvolvimento nacional.

Por seu turno, a Estratégia do EaD, UEM (2019-2029), é o documento orientador da operacionalização da Política do EaD.

4.3. Cursos de EAD na UEM

O primeiro curso oferecido na modalidade de ensino à distância na UEM foi lançado em 2008 e era denominado Bacharelato em Gestão de Negócios (UEM, 2008) que, com a reforma curricular, passou para Licenciatura em Gestão de Negócios (LGN). Este curso foi lançado como curso-piloto e, inicialmente, admitiu apenas 75 estudantes, sendo 20 da província Maputo, 35 das províncias de Manica e Sofala e 20 da província de Nampula. O objectivo era pilotar a gestão de cursos à distância, com estudantes que estivessem a frequentá-lo residindo nas zonas sul, centro e norte de Moçambique. Nos anos seguintes, o número de estudantes admitidos para este curso foi aumentando paulatinamente, tendo passado para 60 por ano e, desde 2019, o curso disponibiliza 330 vagas por ano. Para a realização do estudo de viabilidade, o desenho curricular, produção dos materiais

de estudo do curso de Gestão de Negócios, a Universidade contou com um financiamento do Banco Mundial, gerido pelo então Ministério da Educação e Cultura, que tinha como finalidade financiar projectos-pilotos de EaD.

O segundo curso de licenciatura oferecido na modalidade à distância na UEM foi o de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação, que foi desenhado em parceria com a Faculdade de Educação. Este curso começou com abertura de 60 vagas por ano em 2011 e, durante vários anos, manteve este número de ingressos anualmente, mas, a partir de 2019, passou a oferecer 330 vagas anualmente, sendo 30 para cada província. Os cursos de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação oferecido na modalidade à distância foi adaptação do curso que já era oferecido presencialmente.

Seguiu-se a oferta do curso da Licenciatura em Administração Pública, que foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora e tinha dupla titulação, no âmbito do programa de Apoio à Expansão da Educação Superior à Distância. Este programa insere-se no âmbito da cooperação enquanto mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes, face a desafios comuns. O mesmo foi instituído através da Portaria Normativa número 22, de 26 de Outubro de 2010, do Ministério de Educação, da República Federativa do Brasil, com o objectivo de criar o programa de Apoio à Expansão da Educação Superior à Distância na República de Moçambique.

No Brasil, essa parceria envolveu, como instituições coordenadoras, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores, o Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação à Distância (SEED), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da Diretoria de Educação à Distância da Universidade Aberta do Brasil (DED/UAB) e da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Em Moçambique, a instituição coordenadora foi o Ministério da Educação de Moçambique (MINED), através do Instituto Nacional de Educação à Distância (INED) e a execução do curso de Licenciatura em Administração Pública, oferecido pela Universidade Eduardo Mondlane. O primeiro grupo de estudantes do curso de administração pública ingressou por concurso documental, tendo sido seleccionados funcionários públicos da província de Niassa, Sofala e Maputo, num número de 30 em cada uma dessas províncias e totalizando 90. Terminado o projecto da Universidade Aberta do Brasil, a partir de 2015, a UEM passou a oferecer este curso de forma independente.

A nível dos cursos de mestrado, o primeiro a ser desenvolvido foi o de Educação Agrária. O Mestrado em Educação Agrária à distância foi desenvolvido em parceria com a Faculdade de Agronomia e foi uma encomenda da cooperação Italiana, que tinha como fim capacitar os professores das escolas técnicas agrárias. Seguiu-se o desenvolvimento do curso de Mestrado em Economia Agrária, mais uma vez, pela Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal. Este curso foi financiado pela União Europeia e era uma encomenda que visava a capacitação de funcionários do Ministério da Agricultura.

Com a Faculdade de Medicina, desenvolveu-se o curso de mestrado em Saúde Pública em colaboração com a Universidade de Western Cape. Mais tarde, seguiu-se o mestrado em Produção Animal, pela Faculdade de Veterinária e, finalmente, um curso híbrido que foi o Mestrado em Planeamento e Gestão de Assentamentos Informais, pela Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico.

O perfil dos estudantes dos cursos à distância da UEM é variável, tendo estudantes trabalhadores assim como estudantes a tempo inteiro. Os estudantes a tempo inteiro vêm do ensino médio, enquanto que os estudantes trabalhadores vêm de diversas áreas, com particular destaque para professores, funcionários da área da administração e função pública, do sector privado, que trabalham por conta própria, para além de alguns já formados em outras de conhecimento. Estes últimos optam por frequentar o curso de gestão de negócios.

Os estudantes de EaD da UEM, inicialmente, no curso piloto, estavam localizados nas províncias de Maputo, Sofala, Manica e Nampula. Com o passar dos anos, foram sendo admitidos estudantes de vários pontos e, em 2018, os estudantes estavam localizados em 67 pontos do País, que incluem todas as províncias, a totalidade das capitais provinciais e alguns distritos e localidades de Moçambique.

O número de admitidos nos cursos à distância, em 2008, era de 75 estudantes, tendo evoluído para 920 em 2012, reduzido para 560 em 2014, devido a uma interrupção nas admissões em 2013 e, actualmente, frequentam, nesta modalidade de ensino, cerca de 4000 estudantes.

No que se refere à evolução do número de estudantes, a instituição começou com 75 estudantes em 2007, e contava com um total de 4000 estudantes à distância em 2020. O mapa, Figura 4 mostra os 76 pontos do País, com estudantes da UEM, até ao ano de 2019.



FIGURA 4 - Mapa de localização dos pontos do EaD

Para garantir a paridade de qualificações, os estudantes do ensino presencial e do ensino à distância ingressam realizando o mesmo exame de admissão, cumprindo o mesmo currículo e plano de estudos, diferindo apenas na metodologia de operacionalização do curso.

Os estudantes da UEM são assistidos em 12 Centros de Tutoria, sendo um para província do País, excepto Maputo e Inhambane que tem, cada uma, dois centros para atendimento presencial dos estudantes.

Para além do trabalho realizado pelos especialistas formados para actuar no EaD na UEM, dada a escassez de especialistas na área, no âmbito de memorandos de entendimento entre a UEM e outras instituições, estes contribuíram para a criação de centros de EaD. De igual modo, contribuíram para o desenvolvimento de cursos, capacitação de recursos humanos em matérias de EaD e desenho instrucional de materiais de estudo em diversas instituições do País, com destaque para o Instituto Superior de Administração Pública, o Instituto Superior de Ciências de Saúde e a Universidade Zambeze.

5. Evolução dos recursos humanos na UEM

O Decreto-Lei n.º 44.644 – Diário do Governo n.º 245, 1ª Série, de 24 de Outubro de 1962, Boletim Oficial n.º 45, 1ª Série, de 10 de Novembro de 1962, estabelece regras sobre a constituição do Corpo Docente dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, enquanto a Portaria n.º 20.027 – e o Diário do Governo n.º 199, 1ª Série, de 7 de Dezembro de 1963, fixa o Quadro de Pessoal Docente, Técnicos Administrativos e menor dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique.

A Portaria n.º 20.066, do Diário do Governo n.º 213, 1ª Série, de 10 de Setembro de 1963, regula o recrutamento e provimento do pessoal técnico, administrativo e menor dos quadros dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, e a Portaria n.º 21.326, do Diário do Governo n.º 126, 1ª Série, de 26 de Junho de 1965, que dá uma nova redacção ao § 1º, do n.º 2 da Portaria n.º 20.066, que regula o recrutamento e provimento do pessoal técnico, administrativo e menor dos quadros dos Estudos Gerais Universitários. O pessoal docente era composto por cinco Professores Catedráticos, quatro Professores Extraordinários, um Encarregado do Curso, três Primeiros Assistentes, três docentes incumbidos de regência e 35 Segundos Assistentes.

A instituição contava, igualmente, com pessoal técnico, composto por um Director dos Serviços Técnicos, um Técnico de Energia Nuclear e Electrónica, cinco Técnicos Investigadores, uma primeira Bibliotecária, três Naturalistas, três Chefes de Serviços, dois Analistas, três Auxiliares de Investigação, dois Preparadores da 1ª Classe, um Desenhador, dois Maquinistas Electricistas, dois Colectores, um Jardineiro, oito Preparadores de 2ª Classe, seis Preparadores de 3ª Classe, sete Catalogadores e 21 Auxiliares de Laboratório. O pessoal administrativo, por sua vez, era composto por dois Primeiros Oficiais, um Segundo Oficial, dois Terceiros Oficiais, dois Aspirantes e 19 Dactilógrafos.

Com a epopeia da independência nacional e a passagem para Universidade Eduardo Mondlane (UEM), surgiram algumas mutações, tais como a redução do número de funcionários, docentes e investigadores, pois a deslocação de portugueses residentes em Moçambique para Portugal e outros países, nessa fase, foi muito grande.

Em 1995, o Corpo Técnico e Administrativo (CTA) da UEM, era constituído por 1.461 funcionários (102 funcionários do sexo Masculino e 58 do sexo feminino) distribuídos da seguinte forma: na área do secretariado havia 109 funcionários (22 do sexo masculino e 87 do sexo feminino). Por sua vez, na área técnica, arquivo e documentação, a UEM

contava com 114 funcionários (77 do sexo masculino e 37 do sexo feminino). No laboratório, havia 195 funcionários (155 do sexo masculino e 40 do sexo feminino). Na informática, contava-se com 44 trabalhadores (33 do sexo masculino e 11 do sexo feminino). Na gráfica, contava-se com 30 funcionários (24 do sexo masculino e seis do sexo feminino). Na área técnica geral, o número era de 80 funcionários (72 do sexo masculino e 8 do sexo feminino).

O apoio geral tinha 524 trabalhadores do sexo masculino e 110 do sexo feminino e o apoio social contava com 66 funcionários do sexo masculino e 29 do sexo feminino, o que totalizava 1.075 do sexo masculino e 386 do sexo feminino. Estes números constituíam um grande total de 1.461 funcionários, dentre os quais 162 exerciam funções de direcção e chefia, (publicação anual de dados sobre o pessoal docente e do CTA da UEM, ano lectivo 94/95).

Quando houve a necessidade de se fazer um estudo de oportunidade para a possibilidade de recurso à gestão computarizada do pessoal na UEM, por volta de Agosto de 1987, foi formada uma Comissão da Divisão de Pessoal, composta por seis elementos divididos pela Repartição de Registo e Arquivo, Repartição de Vencimentos e Abonos e Repartição de Formação Profissional (em fase de criação).

Até a aprovação do Estatutos da UEM, em 1995, todo o funcionalismo público era regido centralmente, através do Ministério da Administração Estatal. No ano 2000, foi aprovado o primeiro Quadro de Pessoal da UEM, onde se definiu a gestão autónoma desta universidade. Esse Quadro veio a ser revisto em 2020 e aprovado pelo Conselho Universitário, através da Deliberação n.º 31/CUN/2019, de 18 de Dezembro. Esta aprovação do Quadro de Pessoal resulta de uma discussão e consensos alcançados com as Unidades Orgânicas, Académicas, de Investigação, Centrais, Académicas e Administrativas. Este quadro de pessoal viu-se na contingência de ser revisto, por ter se constatado que existiam lugares por ocupar e que, por lapso ou por negligência, não estavam previstos no quadro de pessoal. E essa revisão foi aprovada pela Deliberação n.º 12/CUN/2020, de 16 de Dezembro.

Actualmente, o CTA da Universidade Eduardo Mondlane conta com 1.058 técnicos do sexo feminino e 1.674 do sexo masculino, o que totaliza 2.732 técnicos (dados do Relatório da Direcção de Recursos Humanos de 2020).

Consta ainda do mesmo relatório da DRH, que foram nomeados 222 técnicos do sexo feminino e 381 do sexo masculino, o que totalizava 603 profissionais, para ocuparem lugares de confiança/chefia ou, melhor dizendo, cargos de direcção.

6. Evolução dos cursos de pós-graduação

6.1. Cursos de mestrado

A UEM introduziu o primeiro curso de mestrado no ano 2000. Nos anos subsequentes (2000-2010), foi-se registando um aumento gradual do número de cursos de mestrado oferecidos pela instituição e conseqüente um aumento do número de estudantes neste ciclo de formação, transformando-se num aumento na segunda década de 2011-2020, conforme ilustram as Figuras 5 e 6, respectivamente. Actualmente, a UEM oferece 89 cursos de mestrado.

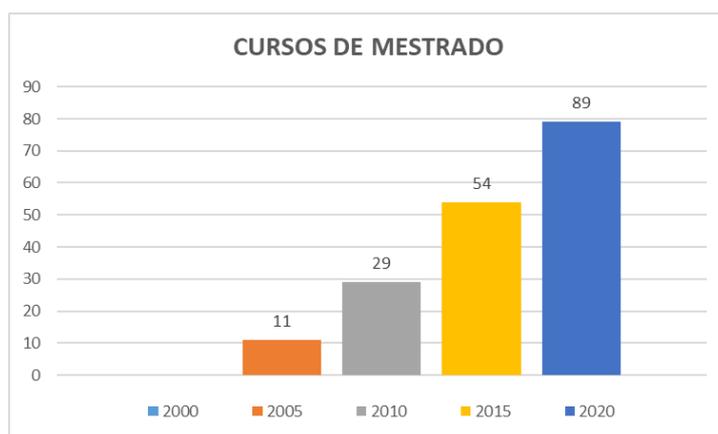


FIGURA 5 - Evolução do número de cursos de mestrado

De acordo com o Quadro Curricular da Pós-graduação da UEM, os cursos de pós-graduação podem decorrer em duas modalidades, académica por curso e académica por investigação. Até ao presente momento, os cursos de mestrado decorrem, maioritariamente, na modalidade académica por curso, existindo, ainda, poucos cursos a decorrer na modalidade académica por investigação.

A maioria dos cursos de mestrado, na UEM, decorre no regime pós-laboral e são frequentados, sobretudo, por estudantes-trabalhadores. Paulatinamente, nos últimos anos, têm sido introduzidos cursos no regime laboral, existindo actualmente 2.3% dos cursos neste regime.

Os primeiros cursos de mestrado eram, maioritariamente, financiados por fundos de projectos, porém, nos últimos anos, este quadro tende a mudar, existindo muitos cursos financiados pelas propinas dos próprios estudantes.

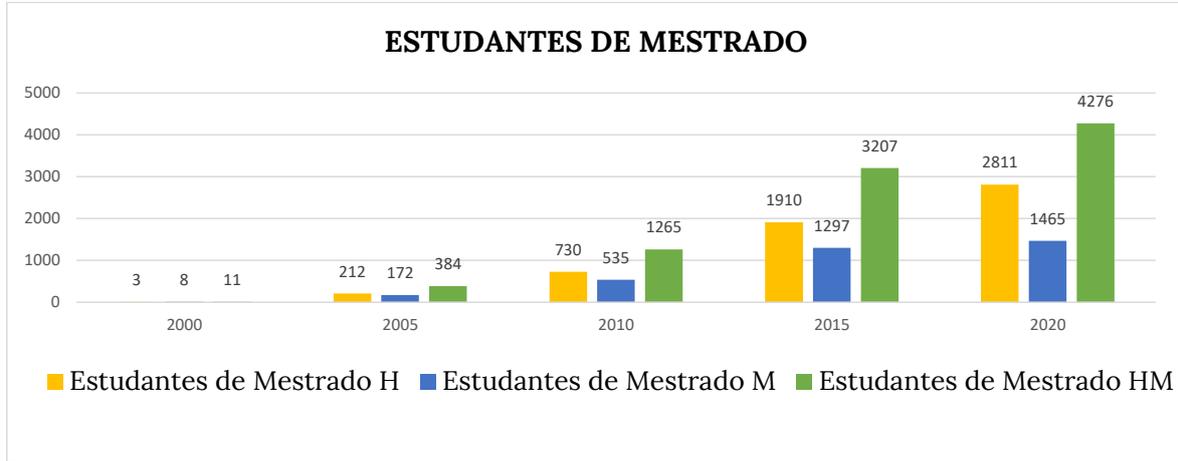


FIGURA 6 - Evolução do número de estudantes dos cursos de mestrado

A avaliação do perfil dos estudantes mostra que ainda existem poucos estudantes de mestrado a tempo inteiro, a maior parte dos estudantes realiza os seus estudos estando envolvidos em actividades profissionais. Portanto, são estudantes-trabalhadores que dedicam apenas uma parte do seu tempo aos estudos. Esta situação tem um impacto negativo nas taxas de graduação, pois, estes estudantes, dispõem de pouco tempo para a formação.

A Figura 7 mostra a evolução do número de graduados dos cursos de mestrado da UEM, ao longo dos anos. Desde a introdução do primeiro curso de mestrado, a UEM formou um total de 1363 graduados de mestrado.

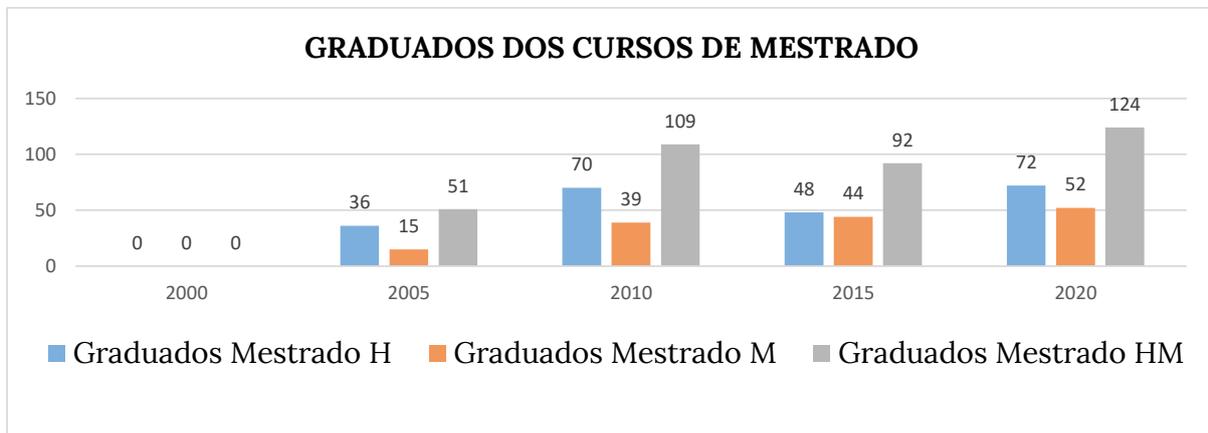


FIGURA 7 - Evolução do número de graduados dos cursos de mestrado

6.2. Cursos de doutoramento

A UEM introduziu o seu primeiro curso de doutoramento em 2006. De acordo com os instrumentos normativos em vigor na instituição, a abertura de cursos de doutoramento na UEM requer a apresentação de evidências da existência de um número suficiente de docentes com o grau académico de doutor. Por essa razão, verifica-se uma evolução comedida do número de cursos de doutoramento, como ilustra a Figura 8. À medida que mais docentes concluem a formação de doutoramento no exterior, novos cursos de doutoramento locais são introduzidos. Em 2020, a UEM já oferecia 14 cursos de doutoramento. Até ao presente, todos os cursos de doutoramento são académicos por curso, tendo sido aprovado, recentemente, um curso de doutoramento com um currículo que permite as duas vertentes, i.e., por curso e por investigação.

À semelhança dos cursos de mestrado, a maior parte dos cursos de doutoramento decorre no regime pós-laboral. Apenas 10 % dos cursos decorre no regime laboral.

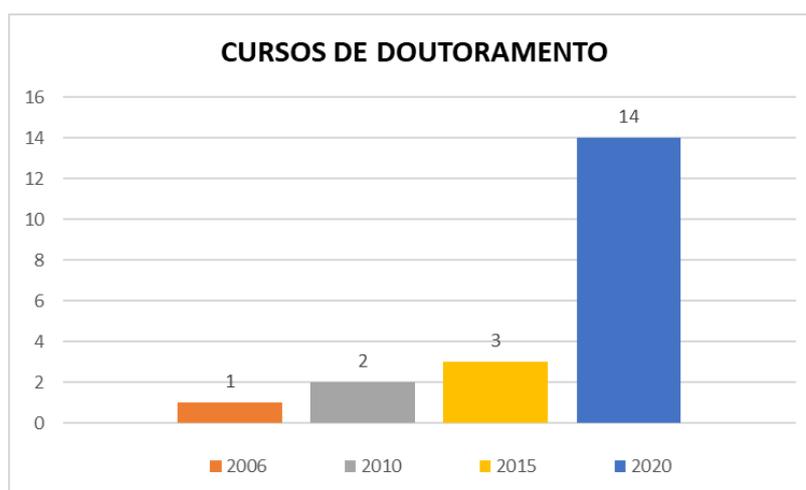


FIGURA 8 - Evolução do número de cursos de doutoramento

Os cursos de doutoramento são maioritariamente financiados por fundos de projectos, existindo, contudo, o co-financiamento pelas propinas dos estudantes.

Os primeiros cursos de doutoramento oferecidos na UEM, dependiam do apoio de docentes de instituições parceiras, no âmbito dos acordos institucionais. Actualmente, os cursos possuem, na sua maioria, docentes nacionais, continuando o apoio de docentes de diferentes países, no âmbito da internacionalização dos programas de estudo da UEM.

A evolução do número de estudantes de doutoramento ilustrada na Figura 9 mostra um aumento significativo do número de estudantes nos últimos cinco anos, mercê

da introdução de mais cursos de doutoramento no mesmo período. Esta evolução é, também, acompanhada de um crescente número de estudantes que realizam a formação a tempo inteiro.

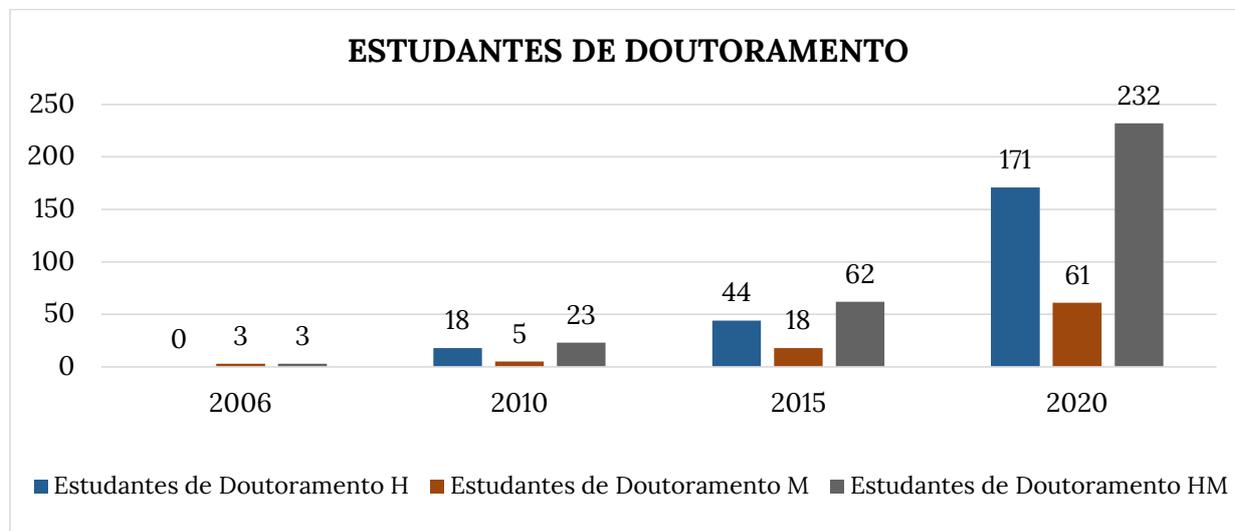


FIGURA 9 - Evolução do número de estudantes de doutoramento

A participação de estudantes estrangeiros nos cursos de doutoramento da UEM tem aumentado gradualmente. Os dados estatísticos mostram que, dos estudantes matriculados no doutoramento, 14% são estrangeiros.

Alguns estudantes de doutoramento nos cursos da UEM participam em programas de mobilidade académica com instituições parceiras, no âmbito dos acordos de cooperação.

À semelhança dos cursos de mestrado, a existência de uma maioria de estudantes-trabalhadores que dedicam apenas uma parte do seu tempo à formação pós-graduada, contribui para as baixas taxas de graduação. Como ilustra a Figura 10, volvidos catorze anos, a UEM produziu apenas um total de 25 estudantes com o grau de doutoramento.

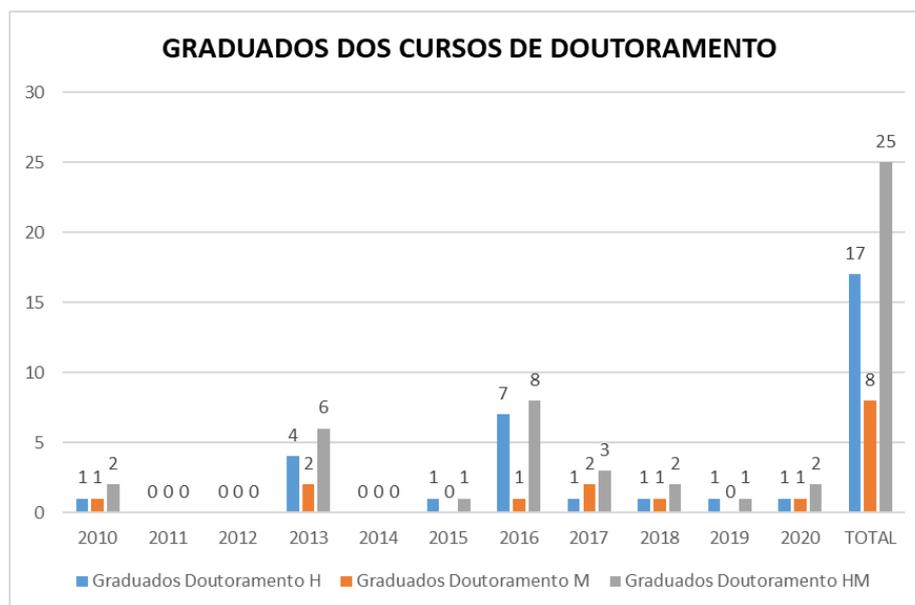


FIGURA 10 - Evolução do número de graduados dos cursos de doutoramento

Em resumo, actualmente o ciclo de pós-graduação abarca um total 103 cursos aprovados, sendo 89 de mestrado e 14 de doutoramento, 4.508 estudantes, dos quais 4.276 de mestrado e 232 de doutoramento.

6.3. Perspectivas

A pós-graduação ocupa um lugar particularmente importante na UEM, por ser uma instituição de formação empenhada na melhoria da qualificação dos recursos humanos para a própria UEM, como para outros sectores do País que necessitem de técnicos altamente qualificados e especializados.

A análise da evolução dos cursos de pós-graduação mostra que, decorridos vinte anos de formação pós-graduada, a UEM acumulou uma experiência considerável, introduziu cerca de uma centena de cursos e produziu acima de mil pós-graduados, entre mestres e doutores. Nesse processo, foram aprendidas lições, encontrados constrangimentos, desafios e oportunidades que permitem traçar perspectivas, principalmente no contexto da transformação da UEM em universidade de investigação e na materialização do seu mais recente Plano Estratégico (2018-2028).

O crescimento da formação pós-graduada na UEM, aliado à necessidade de adequar este ciclo de formação à actual visão e missão, orientou a realização de uma avaliação dos Cursos de Pós-Graduação em 2017, num processo que consistiu na auscultação dos vários actores, através de inquéritos e participação em reuniões e

seminários. Deste processo, resultou a necessidade de operar algumas reformas no sistema de gestão e coordenação, organização e funcionamento dos cursos de pós-graduação. Em resposta e para fazer face às novas exigências a este nível, o Conselho Universitário (CUN) aprovou, em Dezembro de 2020, dois novos instrumentos de gestão da pós-graduação, designadamente, o novo Regulamento dos Cursos de Pós-graduação e o Quadro Curricular da Pós-graduação. Decorrente da necessidade de adequar a estrutura de gestão e coordenação geral da pós-graduação, o CUN aprovou a criação de uma unidade central designada Escola de Pós-graduação da UEM.

A aplicação imediata dos novos instrumentos de gestão e a instalação da Escola de Pós-graduação irão conferir um novo ímpeto ao ciclo da pós-graduação na UEM. A elaboração e aprovação de um Manual de Procedimentos da Pós-graduação, o Guião de Dissertações e Teses constituem elementos complementares essenciais para a concretização de uma organização e funcionamento mais compreensível da pós-graduação na UEM.

O salto qualitativo de transformação da UEM numa universidade de investigação (UdI) pressupõe a existência de uma actividade de pesquisa dinâmica, intensa e de qualidade, alimentada pela pós-graduação. As acções que devem ser realizadas de forma imediata e a curto prazo, para tornar a pós-graduação mais efectiva no contexto actual da instituição, e para o alcance das metas e indicadores do Plano Estratégico (2018-2028), incluem:

- a. o fomento da modalidade de pós-graduação por investigação, como forma de melhorar a qualidade e o volume da produção científica;
- b. o estabelecimento de mais cursos de pós-graduação a tempo inteiro e no período laboral, com maior disponibilidade de tempo de pesquisa para os estudantes;
- c. a introdução de bolsas de estudo completas que incluam um valor para a subsistência, para atrair estudantes jovens recém-graduados, mais disponíveis e com potencial para terminar a formação em tempo útil, mas sem meios para custear os seus estudos de pós-graduação;
- d. a introdução de bolsas de iniciação científica e de mérito para estudantes talentosos para realização de pesquisa, elaboração da dissertação, participação em eventos científicos e publicação de artigos científicos;
- e. a intensificação da inserção dos estudantes de pós-graduação nos grupos de pesquisa institucionais;

- f. o fomento da internacionalização da UEM, através de programas pós-graduação de dupla titulação, admissão de estudantes estrangeiros e programas de mobilidade académica;
- g. a introdução de mestrados profissionalizantes para os estudantes com enfoque para uma qualificação prática e profissional;
- h. a introdução de cursos em regime de tempo parcial com tempo de formação mais longos, principalmente para estudantes trabalhadores;
- i. a integração do financiamento dos cursos de pós-graduação nos mecanismos institucionais de financiamento;
- j. a auto-avaliação e acreditação de todos os cursos de pós-graduação da UEM;
- k. a implementação dos novos instrumentos de gestão, o Regulamento dos Cursos de Pós-graduação, Quadro Curricular e Manual de Procedimentos; e
- l. a instalação da Escola de Pós-graduação da UEM, uma unidade central de gestão e coordenação da pós-graduação.

A pós-graduação, principalmente no nível de doutoramento, deve tomar lugar num ambiente de investigação, onde os estudantes são parte dos grupos de investigação. Esta situação demanda que a instituição tenha uma estratégia para este ciclo de formação, principalmente na criação de um ambiente de investigação que fará os pós-graduandos sentirem-se parte e serem participantes activos nos programas de investigação. Deste modo, as acções propostas devem ser parte integrante do processo de reestruturação deste ciclo de formação.

7. Considerações finais

O presente capítulo trata da evolução da população estudantil, dos serviços sociais, do ensino à distância, recursos humanos, bem como da pós-graduação na Universidade Eduardo Mondlane, fazendo uma abordagem dos principais momentos que caracterizaram a evolução destas diferentes áreas na instituição. Ficou visto que a população estudantil da UEM registou um crescimento substancial, podendo ser possível identificar diferentes etapas deste processo de evolução, quer do ponto de vista de admissões, quer do ponto de vista de graduações. Um crescimento foi paralelamente verificado ao nível dos serviços sociais da UEM, que observaram, igualmente, diferentes fases de evolução.

O ensino à distância na UEM registou uma evolução notória desde o seu surgimento, facto que fez com que a UEM tivesse uma âncora auxiliadora no processo de

adaptação para a leccionação em regime híbrido, no âmbito da pandemia da Covid-19 (CHERINDA, ROSÁRIO e MALULEQUE, 2020).

Os recursos humanos da UEM também registaram uma evolução ao longo dos tempos, o que permite que a Universidade continue a prover serviços de qualidade para uma comunidade em crescimento significativo e com desafios e exigências cada vez mais aprimorados.

A análise da evolução da pós-graduação na UEM mostra que a instituição tem capacidade para levar a cabo a formação pós-graduada, motor da transformação numa universidade de investigação. Contudo, ajustar a gestão, criar oportunidades de financiamento e criar um ambiente propício para a investigação são aspectos que devem merecer atenção, a fim de melhorar a quantidade e a qualidade da pós-graduação na UEM.

Um dos indicadores de uma universidade de investigação é a existência de um número notável de estudantes matriculados nos programas de pós-graduação. De acordo com Bunting *et al.*, (2017), no livro *An Empirical Overview of Emerging Research Universities in Africa 2001-2015*, é recomendada uma percentagem mínima de estudantes de 25%, numa proporção de pelo menos 15% no mestrado e 5% no doutoramento. Outro indicador importante é a existência de pelo menos 40% de docentes com o grau de doutoramento, que asseguram a investigação e a supervisão dos estudantes de doutoramento.

Presentemente, a UEM possui 4.508 estudantes de pós-graduação, o que corresponde a 10% do total de estudantes matriculados, com um rácio de 9.5% de estudantes de mestrado e 0.5% de estudantes de doutoramento. Estes rácios estão muito longe dos mínimos para uma universidade de investigação, precisando a UEM de caminhar para se aproximar aos rácios desejados, para a sua transformação como está indicado no Plano Estratégico (2018-2028).

No que se refere à pós-graduação, a correlação entre o número de estudantes de doutoramento e o volume de produção científica de uma universidade é também sublinhada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OLSSON e COOKE, 2013), que argumenta que os recursos (*inputs*) de conhecimento mais relevantes das universidades são os estudantes matriculados a nível de doutoramento e o pessoal académico e os produtos (*outputs*) de conhecimento mais relevantes são os graduados com nível de doutoramento e os artigos científicos publicados.

Deste modo, a pós-graduação deve ser um viveiro onde a universidade de investigação encontra a matéria prima para a produção científica.

Referências

BUNTING, I.; CLOETE, N. e VAN SCHALKWYK, F. **An Empirical Overview of Emerging Research Universities in Africa: 2001–2015**. A report of the Higher Education Research and Advocacy Network in Africa (Herana). Cape Town: Centre for Higher Education Trust, 2017.

CHERINDA, N. A. I. E. P.; ROSÁRIO; L. S. H. C.; MALULEQUE, C. M. A COVID-19 e os desafios do ensino remoto: o caso da Universidade Eduardo Mondlane. **Revista Científica da UEM. Rev. cient. UEM: Sér. ciênc. bioméd. saúde pública**. Pre-print, 2020.

CURY, C. R. J. **GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO: A Busca de uma Relação Virtuosa**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, Especial - Out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 19 de Maio de 2021.

FERREIRA, E.C.C. **A Importância das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional em Portugal. 2019**. Tese (Doutoramento em Gestão). Universidade de Évora, 2019.

GÓMEZ, M. B. **Educação à Distância em Moçambique: história e desafios**. Comunicação na Conferência Nacional de Educação à Distância em Moçambique, 13-15 de Agosto, 2008.

OLSSON, Å. e COOKE, N. **The Evolving Path for Strengthening Research and Innovation Policy for Development**. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 2013.

Outros documentos consultados

JORNAL NOTÍCIAS. Entrega de Bolsas, Subsídios e Prémios ... Jornal Notícias (Lourenço Marques) de 20 de Janeiro 1968.

JORNAL NOTÍCIAS. Vai inaugurada em Abril a Casa Universitária dos E.G.U.M.

UEM. Currículo do Curso de Licenciatura em Gestão de Negócios. Maputo, 2008.

_____. Relatório de Avaliação do Ensino à Distância, 2014.

_____. Deliberação n.º 3/CUN/2019.

_____. Deliberação n.º 13/CUN/2002. Maputo, 2002.

_____. Deliberação n.º 21/CUN/2019.

_____. Deliberação n.º 22/CUN/2019.

_____. Informe anual do Reitor 2014. In: www.uem.mz. Consultado em 8.12. 2020.

_____. Informe anual do Reitor 2015. In: www.uem.mz. Consultado em 8.12. 2020.

_____. Plano Estratégico da UEM: 2018-2028; 2008-2014;1999-2004.

_____. Política e Estratégia do Ensino à Distância, 2019.

_____. Relatório de reflexão sobre o Ensino à Distância, 2019.

_____. Relatórios anuais de actividades da UEM 2001-2020.

_____. Visão, Missão e Valores do Ensino à Distância na UEM, 2019.

Departamentos Sociais, Sede da Associação Acadêmica, instalação imediata para 54 estudantes, In: Jornal Notícias (Lourenço Marques) de 24 de Março de 1968.

_____. Plano Estratégico da UEM 2008-2012.

_____. Plano Estratégico da UEM 2018-2028.

_____. Documento interno: DSS Rumo a excelência no atendimento aos estudantes: que desafios? 31 de Março de 2016.

Agradecimentos

Às unidades orgânicas da UEM, pela disponibilização de informação e a todos os que contribuíram para a elaboração do presente capítulo.